

CARACTERIZAÇÃO DE ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO ATENDIMENTO DE IDOSOS COM CONDIÇÕES CRÔNICAS NO PÓS-COVID-19.

Fernanda Fontes Mello (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Amanda Karoline da Silveira, Paula Terezinha Tonin, Lígia Carreira (Co-orientadora), Maria Aparecida Salci (Orientadora). E-mail: ra81374@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Área e Sub-área: Ciências da Saúde, Enfermagem.

Palavras-chave: Covid Longa; Atenção Primária à Saúde; Serviços de Saúde.

RESUMO

A pandemia de Covid-19 revelou a fragilidade do sistema de saúde, que foi impactado de forma significativa, principalmente, no quesito recursos humanos. Diante disso, o objetivo do estudo foi caracterizar os enfermeiros que atendem idosos pós-Covid-19 com Doenças Crônicas Não Transmissíveis na Atenção Primária à Saúde. Trata-se de um estudo transversal e descritivo. Foram utilizadas informações obtidas em entrevistas realizadas com enfermeiros atuantes na Atenção Primária em Saúde trabalhadores da 15ª Regional de Saúde do estado do Paraná. As variáveis utilizadas foram coletadas através de um formulário estruturado. Todos os aspectos éticos foram respeitados. Os profissionais entrevistados, predominantemente, eram do sexo feminino, com média de idade de 40 anos, autodeclarados da raça branca, a maioria casado/união estável e residiam no município em que trabalhavam. As Unidades Básicas de Saúde de trabalho eram vinculadas às ESF e o tempo médio de trabalho neste local era de sete anos. No que tange o atendimento de idosos com condições crônicas no Pós-COVID-19, os enfermeiros fortalecem o atributo Integralidade da Atenção Primária à Saúde.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 revelou a fragilidade do sistema de saúde, que foi impactado de forma significativa, principalmente, no quesito recursos humanos. Muitos serviços de saúde realocaram profissionais que enfrentavam escassez de recursos humanos para lidar com casos críticos, enquanto outras passaram a atuar como centros de triagem e diagnóstico, realizando testes rápidos e encaminhamentos à rede de atenção em saúde (KUSCHNIR, 2014).

Considerando que a história brasileira de formação e exercício profissional em saúde é marcada pelo desenho flexneriano de ensino e trabalho, identifica-se que a promoção da necessidade de mudanças visa uma aproximação da formação dos recursos humanos em saúde aos conceitos e princípios que possibilitarão atenção integral e humanizada à população brasileira (BRASIL, 2004).

Embora a Atenção Primária à Saúde (APS) tenha limitações em sua atuação frente à letalidade dos casos mais graves, uma APS estruturada e composta por profissionais qualificados e em quantidade suficiente pode ajudar a reduzir a incidência de infecções entre a população atendida, o que contribui para um fluxo adequado no atendimento aos usuários, mesmo no enfrentamento de situações críticas como vivenciado na pandemia de COVID-19 (DAUMAS, 2020).

Como pergunta de pesquisa o projeto obteve: “Qual o perfil dos enfermeiros que atendem idosos com Doenças Crônicas Não Transmissíveis no pós-Covid-19 na Atenção Primária à Saúde?”. E, como objetivo caracterizar os enfermeiros que atendem idosos pós-Covid-19 com Doenças Crônicas Não Transmissíveis na Atenção Primária à Saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, com caráter descritivo e delineamento transversal. O estudo é vinculado ao projeto “Ações estratégicas na atenção primária para pessoas idosas com doenças crônicas não transmissíveis que desenvolveram Covid-19”, aprovado na Chamada Pública nº 11/2020 – Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS Edição 2020/2021, da Fundação Araucária-PR/SESAPR/CNPq/Decit/SCTIE/MS, o qual está aninhado à coorte intitulada: “Acompanhamento Longitudinal de adultos e idosos que receberam alta da internação hospitalar por Covid-19”, realizada por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e a instituição de ensino Duke University, Durham, Carolina do Norte, Estados Unidos.

Foram incluídos no estudo os enfermeiros trabalhadores da APS pertencentes a 15º Regional de Saúde do Estado do Paraná. A coleta de dados foi realizada por meio de formulário estruturado, a partir da condução de entrevistas telefônicas durante o expediente de trabalho. Foram coletadas informações sobre as características sociodemográficas dos profissionais, além de informações sobre o trabalho realizado e as características geográficas e organizacionais do serviço. Os dados foram analisados por estatística descritiva, com estimação de frequência absoluta e relativa para variáveis categóricas e média, mediana e desvio padrão para variáveis numéricas. Ainda, os dados foram transportados para o software estatístico R, versão 4.2.4, para análise e formulação de gráficos e tabelas.

Para isso foram respeitados os princípios éticos previstos na Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, sendo solicitada autorização pela 15º Regional de Saúde do estado do Paraná, com aprovação do COPEP da Universidade Estadual de Maringá (UEM), pareceres nº 1.797.252 e nº 4.652.600.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 61 enfermeiros, sexo feminino (90%), com média de idade de 40 anos, que se autodeclararam predominantemente da raça branca

(74%), casados (vivendo com companheiro ou em união estável (65%)) e com titulação acadêmica concluída em nível de especialização (71%). Quanto ao tipo de vínculo trabalhista, predominou o processo seletivo/celetista (56%), seguido de profissionais estatutários (35%). Aqueles que referiram apenas um vínculo trabalhista foram 95%, com carga horária semanal de trabalho de 40 horas (87%), associado a uma renda média mensal de R\$4.641,82.

Em relação ao tipo de unidade básica de saúde, em que esses enfermeiros atuam, considerou-se as unidades que possuem equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) e as unidades básicas de saúde tradicionais, sendo que 77% dos participantes fazem parte de UBS com ESF, enquanto 23% atuam em UBS tradicionais. Participantes que declararam residir em municípios satélites da 15ª Regional de Saúde representaram 72%, e o tempo médio de atuação destes profissionais na APS é de sete anos.

Com relação ao atendimento de idosos com condições crônicas no Pós-COVID-19, foi possível visualizar as médias individuais atribuídas a cada um dos componentes dos atributos essenciais e derivados da APS e se percebeu melhor orientação à APS nos atributos Integralidade. Já a acessibilidade foi o componente mais frágil identificado, com média de 4,69, sendo o único componente a apresentar média menor que 6. Portanto, a presença de ESF é tida como fator significativo para melhor orientação dos serviços à APS. Com isso, tais resultados, ao serem comparados à cidade-sede desta regional, evidenciou que em cidades de menor porte os serviços de APS estão mais bem orientados aos atributos essenciais e derivados da Atenção Básica (AB).

Conforme a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), as atribuições do enfermeiro no âmbito da AB no Brasil são amplas e fundamentais para o funcionamento dos serviços de saúde, o que é evidenciado em um estudo qualitativo, no qual obteve relatos de enfermeiros quanto às suas atribuições na AB. Dentre elas, organizar o processo de trabalho na equipe de saúde é o que mais se destaca, garantindo que as ações sejam desenvolvidas de forma integrada e humanizada (TOSO, 2024).

CONCLUSÕES

Os profissionais entrevistados, predominantemente, eram do sexo feminino, com idade entre 36 - 50 anos, autodeclarados da raça branca, a maioria casado/união estável e residiam no município em que trabalhavam. As UBS de trabalho eram vinculadas às ESF e o tempo médio de trabalho neste local era de sete anos. No que tange o atendimento de idosos com condições crônicas no Pós-COVID-19, os enfermeiros fortalecem o atributo da APS de Integralidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à professora doutora em enfermagem Maria Aparecida Salci pela orientação no caminho da pesquisa. Também à Fundação Araucária-PR/SESA-PR/CNPq/Decit/SCTIE/MS por permitir o acesso à informação para atingirmos o delineamento do estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Aprender SUS: O SUS e os cursos de graduação da área da saúde**. Brasília, 2004. Acesso em: 25 Agos. 2024.

DAUMAS, R. P.; AZEVEDO E SILVA, G.; TASCA, R.; LEITE, I. C.; BRASIL, P.; GRECO, D. B.; et al. **O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde**



no Brasil: limites e possibilidades no enfrentamento da COVID-19. *Cad. Saúde Pública*, v. 36, n. 6, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00104120>.

KUSCHNIR, R. C.; CHORNY, A. H.; LIRA, A. M. L. **Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC [Brasília]. CAPES. UAB, 2014.

TOSO, B. R. G. de O.; et al. Práticas desenvolvidas pelo enfermeiro na atenção primária na região sul do Brasil. *Rev. Gaúcha Enferm.* 45; 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2024.20230154.pt>